



TERRA INDÍGENA

Medo e insegurança no Vale do Javari

Quase um ano após morte de Bruno e Dom, Univaja e agentes da Funai questionam eficácia de base fluvial instalada para coibir crimes

» TAINÁ ANDRADE

Mesmo com a grande repercussão do caso e com a mobilização para mudar as estratégias de segurança na região, a Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas, vive sob medo quase um ano após os assassinatos do indigenista brasileiro Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, ocorridos em junho do ano passado. Esta semana, três réus, acusados de praticarem o crime, prestaram depoimento à Justiça, em Tabatinga. Mesmo com ações da Polícia Federal (PF) e da Força Nacional, à época do crime, e novas investidas dos órgãos competentes, após a troca do governo federal, para articular uma força-tarefa para retomar a área explorada por invasores, quem atua na ponta ainda não viu as mudanças ocorrerem.

Bushe Matis, coordenador da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), relatou ao **Correio** que a base fluvial da PF, enviada em março deste ano para o município de Atalaia do Norte, com o objetivo de inibir os crimes ambientais e a incursão de organizações criminosas nas atividades, não tem operado de forma eficaz na região. “O que acontece é que a base fica parada aqui em Atalaia e não faz o trabalho de fiscalização e monitoramento na região. Do Javari até a boca do Curuçá é uma distância muito grande, então até chegar de um ponto ao outro há livre acesso entre o Brasil e o Peru. Não tem a presença de indígenas, da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) ou da PF para coibir os crimes”, explicou.

O coordenador indicou que, dos mais de 8,5 milhões de hectares do Vale do Javari, os principais pontos estratégicos por onde entram os criminosos são Quixito, Jandiutuba e Curuçá, mas, segundo ele, a base não se desloca do porto onde foi instalada. “Enquanto estava em Atalaia, os agentes (que ficavam na base fluvial

Divulgação/Polícia Federal



Embarcação da PF foi enviada a Atalaia do Norte em março deste ano para monitorar região, mas não se desloca do porto onde foi instalada

não faziam nada. Não sei qual era o trabalho deles, não teve diálogo conosco, não teve troca de dados ou informação. No início procuraram o vice-coordenador da Univaja, Todah Kanamari, somente para se apresentarem”, apontou Matis.

As informações foram confirmadas por integrantes da Funai que atuam na região. A balsa foi classificada como “incógnita” por um dos agentes que preferiu não ser identificado por receio de retaliações. O servidor também disse que a base fluvial não possui uma das principais documentações para navegar, que é a licença da capitania. Além disso, há reclamações dos agentes de que o local é insalubre para o trabalho por ser muito quente ficar dentro da embarcação.

Articulação

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) afirmou, em nota, que reforça a segurança do Vale do Javari com o emprego da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP). A atuação do grupo na região foi prorrogada até o dia 18 deste mês e a atribuição de demandar e direcionar as ações é da Funai. “Desde o trágico episódio (do assassinato de Bruno e do Dom), a FNSP tem buscado alavancar seus esforços na região, notadamente com a intensificação de patrulhamento fluvial, juntamente com funcionários da Funai. Atualmente, as atividades consistem em emprego de efetivo nas bases

da Funai em Ituí/Itacoai, Quixito, Jandiutuba e Curuçá.” Servidores do órgão indigenista alegaram, contudo, que não conseguem executar o trabalho.

Povos originários têm feito uma articulação para que o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) aumente a consistência do trabalho das forças de segurança no Javari, principalmente nos locais de atuação dos agentes. A intenção é que a balsa circule até Quixito para monitorar e atuar dentro da Terra Indígena (TI), e que a PF atue junto com os servidores da Funai nas Bases de Proteção Etnoambiental (Bapes), sobretudo na de Curuçá. “Existem cinco bases para reforçar o trabalho. Cada um dos órgãos de segurança poderia enviar

equipes de 10 pessoas para os locais”, sugeriu o coordenador da Univaja, Bushe Matis.

O MPI, que informa ser uma pasta com papel de articulação junto aos demais órgãos que comandam as forças de segurança, alegou que “tem feito tratativas para aumentar recursos” e fortalecer as estruturas físicas da Funai. Há também o plano de um grupo de trabalho (GT) específico para a questão da segurança no local. “O Ministério dos Povos Indígenas está articulando, no âmbito do Comitê Intermunicipal de Coordenação, Planejamento e Acompanhamento das Ações de Desintrusão de Terras Indígenas, um GT específico para lidar com a questão de segurança no Vale do Javari”,

» Garimpo ilegal

A Polícia Federal deflagrou, na última sexta-feira, a Operação Lagoa Seca, para combater a extração ilegal de minério de ouro e crimes ambientais no Rio Maria, no Pará. Uma pessoa foi presa em flagrante e seis trabalhadores foram resgatados de condições degradantes, informou a PF. Também foram cumpridos três mandados de busca e apreensão na zona rural de Rio Maria. Durante a ação, policiais apreenderam um revólver, munições, uma escavadeira hidráulica, um caminhão e dois motores estacionários usados no crime. A arma apreendida estava carregada no veículo do homem preso, com munições no porta-luvas. Quando chegaram na região para o cumprimento das decisões judiciais, os policiais encontraram um garimpo ilegal em plena atividade e eles encerraram o trabalho no local de forma imediata. A exploração de ouro não tinha autorização da Agência Nacional de Mineração (ANM).

comentou, em nota.

Em paralelo, mesmo sem reconhecimento dos órgãos competentes, a Univaja mantém o trabalho de monitoramento e fiscalização da TI, onde encontram-se 64 aldeias de 26 povos e cerca de 6,3 mil pessoas. A principal atividade é feita com as equipes de vigilância do território que atuam no chamado avivamento, ou seja, na identificação, abertura de picadas e limpeza dos caminhos, no intuito de deixar claro onde estão os limites da terra indígena. Também há o treinamento dos indígenas para manusear tecnologias, como gps, drone e aplicativos, para realizar a fiscalização e monitoramento do local demarcado pela União.

DIREITOS HUMANOS

Trabalho escravo: Mais de 1,2 mil resgatados em 2023

Somente neste ano, 1.201 pessoas foram resgatadas de situações análogas à escravidão. A informação foi destacada, ontem, em postagem publicada nas redes sociais por Paulo Pimenta, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), que fazia alusão à assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. Pimenta escreveu ainda que o governo brasileiro fará o que for necessário para construir um país mais justo.

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, também lamentou em suas redes sociais o alto número de ocorrências de trabalho escravo no país: “Até hoje a abolição não foi concluída. Estamos todos chamados a concluí-la”.

Os dados relacionados ao resgate de pessoas em situações análogas à escravidão constam no Radar SIT, mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Trata-se de

um painel de informações e estatísticas on-line sobre as inspeções do trabalho realizadas no país.

Em 2023, ocorreram resgates em 17 das 27 unidades federativas. Dos casos registrados, 87,3% envolvem trabalho rural. Em Goiás, 372 pessoas foram encontradas em situação análoga à escravidão desde o início de janeiro. Todas elas em estabelecimentos agrários. É o estado com o maior número de ocorrências.

Em seguida, aparece o Rio Grande do Sul, com 296 casos. Esse número foi impulsionado pela inspeção nas vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, em Bento Gonçalves (RS), onde 207 trabalhadores viviam em condições degradantes. Em março, semanas após a fiscalização, foi assinado um acordo com o Ministério Público do Trabalho (MPT) no qual as três se comprometeram a pagar R\$ 7 milhões em indenizações.

O episódio também gerou reação da Associação Brasileira de

Juristas pela Democracia, que pediu a expropriação dessas terras e o confisco dos bens das vinícolas, como prevê o Artigo 243 da Constituição Federal. A entidade divulgou um manifesto público que recolheu centenas de assinaturas.

No recorte por ocorrências em áreas urbanas, Minas Gerais responde por 71,9% dos casos com 110 pessoas resgatadas. Todas elas eram de estados do Norte e do Nordeste e trabalhavam em condições degradantes na construção de uma linha de transmissão de energia em Conselheiro Pena (MG). A obra é de responsabilidade do Consórcio Construtor Linha Verde, formado pelas empresas Toyo Setal e Nova Participações.

Inspeções também costumam levar à descoberta de casos de empregadas domésticas submetidas a condições análogas à escravidão. No mês passado, o governo lançou uma campanha nacional para receber denúncias desse tipo de ocorrência por meio do Disque 100.

Sacadas de prédio residencial desabam em Belém

Reprodução/Redes sociais



As varandas de um prédio residencial em Belém desabaram ontem, mas, de acordo com o governo do Pará, não houve feridos. No entanto, o desabamento deixou um rastro de destruição pela avenida do bairro da Cremação. Tudo começou com um esturdo que assustou moradores, no momento em que a sacada da cobertura caiu. Em seguida, caíram todas as outras 12 sacadas no

lado direito do edifício. O prédio foi construído em 1990 e fica na Rua dos Mundurucus, que ficou sem energia elétrica. A Defesa Civil Municipal de Belém passou o dia no local para investigar se existem riscos de mais desabamentos. A estrutura do prédio também passará por avaliação. De acordo com a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (Semob), toda a rua foi interditada.